

LEANDRO PAULSEN

SEGURANÇA JURÍDICA, CERTEZA DO DIREITO E TRIBUTAÇÃO

A concretização da certeza quanto à instituição de tributos através das garantias da legalidade, da irretroatividade e da anterioridade

Livraria do Advogado Editora

Porto Alegre
2006

336.2:34(81)
P332s



P332s

Paulsen, Leandro

Segurança jurídica, certeza do direito e tributação: a concretização da certeza quanto à instituição de tributos através das garantias da legalidade, da irretroatividade e da anterioridade / Leandro Paulsen. —

Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2006.

176 p.; 23 cm.

ISBN 85-7348-409-8

1. Direito Tributário. 2. Tributação. 3. Segurança jurídica. I. Título.

CDU - 336.2

Índices para o catálogo sistemático:

Direito Tributário, Tributação Segurança jurídica

336.2:34(81)

P332s



Sumário

Prólogo 13

Introdução 15

Primeira Parte PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA

Capítulo I - Fundamento da Segurança Jurídica 21

1. O valor segurança 21

2. Segurança x justiça 23

3. A segurança 'do movimento 26

4. A segurança jurídica como princípio constitucional implícito 28

5. O princípio da segurança jurídica como decorrência do sobre
princípio do Estado de Direito 33

6. O princípio da segurança jurídica'concretizado nos direitos e
garantias individuais 43

Capítulo II - Conteúdo da Segurança Jurídica 48

7. A necessidade de investigação dos diversos âmbitos de
concretização da segurança jurídica 48

8. Identificação dos conteúdos fundamentais da segurança
jurídica 49

9. A segurança jurídica como certeza do direito 53

10. A segurança jurídica como intangibilidade das posições
jurídicas consolidadas 56

11. A segurança jurídica como estabilidade das situações
jurídicas 58

12. A segurança jurídica como confiança no tráfego jurídico 59

13. A segurança jurídica como tutela jurisdicional 60

**Capítulo III - Especificidade da Segurança Jurídica
Tributária** 62

14. O princípio dá segurança'jurídica como sobre princípio em
matéria tributária 62

15. Os diversos conteúdos da segurança jurídica em matéria
tributária e a aplicação das garantias constitucionais
genéricas 64

16. A concretização constitucional da certeza do direito em
matéria tributária 72

**336.2:34(81)
P332s**



17. O conteúdo qualificado da certeza do direito em matéria tributária na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	74
18. A importância da certeza do direito para a verificação do alcance efetivo das garantias da legalidade, da irretroatividade e da anterioridade em casos difíceis e a possibilidade de revisão da jurisprudência	76

Segunda Parte

CERTEZA DO DIREITO NA INSTITUIÇÃO DE TRIBUTOS

Capítulo IV - Certeza do Direito e Reserva Legal Absoluta	83
19. A reserva legal em matéria tributária	83
20. Da "tipicidade fechada", à determinabilidade e o critério da suficiência	92
21. A necessidade de completude da lei tributária impositiva	98
22. A necessidade de densidade da lei tributária impositiva	102
23. A certeza quanto à lei tributária impositiva em abstrato x a aplicação do direito	109

Capítulo V - Certeza do Direito e Conhecimento Prévio da Lei Tributária Impositiva	113
24. A proteção ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada	113
25. A irretroatividade tributária como garantia especial e qualificada	118
26. A ausência de exceções à irretroatividade quanto à instituição e à majoração de tributos	123
27. Os diversos aspectos da norma tributária impositiva como critério para a verificação da retroatividade	125
28. Os diversos, tipos de fato gerador e a aplicação da irretroatividade inclusive aos fatos geradores de período	130

Capítulo VI - Certeza do Direito e Conhecimento Antecipado da Lei Tributária Impositiva	143
29. O conhecimento antecipado da lei tributária impositiva como garantia exclusivamente tributária	143
30. Da anualidade a anterioridade	145
31. A anterioridade de exercício e a anterioridade nonagesimal mínima quanto à instituição e à majoração dos tributos em geral e a anterioridade nonagesimal quanto à instituição e à majoração de contribuições sociais de seguridade social	148

336.2:34(81)
P332s



32. Da não-surpresa e da previsibilidade ao conhecimento antecipado	151
33. Instituição e majoração x prorrogação	154
34. Os tributos com fatos geradores de período e a anterioridade tributária	158
Conclusão	165
Bibliografia referida	173

336.2:34(81)
P332s

